



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI), OCORRIDA EM 28 DE MARÇO DE 2016.

1 Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e
2 trinta minutos, realizou-se a sessão extraordinária do Conselho Universitário da
3 Universidade Federal de Alagoas (CONSUNI/UFAL), no Auditório Reitor Nabuco Lopes,
4 localizado no prédio da Reitoria do *Campus Universitário Reitor Aristóteles Calazans*
5 *Simões* (Maceió-AL), sob a Presidência da Magnífica Reitora, Prof^a. Maria Valéria Costa
6 Correia, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Prof. José Vieira da Cruz
7 (Vice-Reitor), Prof. Júlio Gomes da Silva Neto (PROGINST), Prof^a. Sandra Regina Paz da
8 Silva (PROGRAD), Prof. Alejandro Cesar Frery Orgambide (PROPEP), Carolina Gonçalves
9 de Abreu (PROGEP), Analice Dantas Santos (PROEST), Prof^a. Joelma de Oliveira
10 Albuquerque (PROEX), Prof^a. Rosa Cavalcante Lira (CECA), Prof^a. Marta de Moura Costa
11 (CEDU), Prof. Luciano Barbosa dos Santos (CTEC), Prof. João Xavier de Araújo Júnior
12 (ESEN FAR), Prof. Augusto Aragão de Albuquerque (FAU), Prof. Anderson de Barros Dantas
13 (FEAC), Prof^a. Eliane Barbosa da Silva (FALE), Prof. Francisco José Passos Soares
14 (FAMED), Prof^a. Suzana Lima de Oliveira (FANUT), Prof^a. Rosa Lúcia Predes Trindade
15 (FSSO), Prof^a. Iracilda Maria de Moura Lima (ICBS), Prof. Heitor Soares Ramos Filho (IC),
16 Prof. Carlos Jacinto da Silva (IF), Prof. José Vicente Ferreira Neto (IGDEMA), Prof. Alberto
17 Vivar Flores (ICHCA), Prof. José Carlos Almeida de Lima (IM) e Prof^a. Francine Santos de
18 Paula (IQB). Representantes Docentes: Prof^a. Elza Maria da Silva, Prof. Tiago Leandro da
19 Cruz Neto, Prof^a. Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira, Prof. Luiz Antônio Palmeira Cabral,
20 Prof. Elton Lima Santos, Prof. Walter Matias Lima e Prof^a. Ana Maria Vergne de Moraes
21 (ADUFAL). Representantes Técnicos-Administrativos: Paulo Sérgio de Melo Carvalho,
22 Joubert de Lima Lessa, Jarman da Silva Aderico, Wellington da Silva Pereira, Giselle de
23 Souza Vicente, Davi Menezes Fonseca e Jeamerson dos Santos. Representantes Discentes:
24 Eduardo Santos da Silva, Gabriel Nascimento Santos, Jonathan Napoleão dos Santos,
25 André Luiz Santos Praxedes, Izabelle Cristina Ferreira da Rocha e Vitória Elisabeth
26 Santiago Oliveira. **PAUTA: I – Abertura e verificação do nº de Conselheiros**
27 **presentes:** Após verificar o quórum necessário, a Presidenta do Conselho dá início aos
28 trabalhos desta sessão extraordinária. **II – Ordem do Dia: 1) Posse de membro**
29 **designado pela Reitoria em atendimento ao parágrafo 6º do artigo 3º do**
30 **Regimento Geral da UFAL:** A Presidenta do CONSUNI solicita que o Secretário dos
31 Conselhos faça a leitura do termo de posse. Após a leitura do documento foi empossado o
32 Professor ALEJANDRO CESAR FRERY ORGAMBIDE, na condição de Titular da Pró-Reitoria
33 de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP/UFAL). Em seguida a Presidenta parabeniza o novo
34 membro do CONSUNI e retoma a ordem do dia. **2) Apresentação, análise e**
35 **deliberação do RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2015 DA UFAL:** Inicialmente o
36 Conselheiro Anderson Dantas (FEAC) solicita o pedido de regime de urgência para este
37 item da pauta. A Presidenta também considera a importância do regime de urgência,
38 compartilha do pedido feito pelo conselheiro e encaminha a sua votação. **DELIBERAÇÃO:**
39 Regime de urgência aprovado com 35 (trinta e cinco) votos favoráveis e 06 (seis)
40 abstenções. Dando prosseguimento é concedida a palavra à Professora Alexandra Maria
41 Rios Cabral, representante da PROGINST, para fazer a explanação do assunto em
42 discussão. A mesma esclarece toda a sistematização de elaboração do referido relatório,
43 que envolve os diversos setores da Universidade, nos quais são colhidos as principais
44 informações e dados a serem compilados e consolidados pela PROGINST. Tal elaboração
45 atende às exigências previamente definidas pelos órgãos governamentais de controle
46 federal, a exemplo do Tribunal de Contas da União – TCU. Este relatório retrata o
47 desempenho de todas as atividades desenvolvidas pela instituição, relacionadas ao Ensino,
48 à Gestão Administrativa, Financeira e Contábil, à Pesquisa e Extensão, destacando os
49 Indicadores de Qualidade e Produtividade do Ensino, que revelam, em números, a
50 situação no ano em questão, o planejamento anual, elaborado pelo Sistema e pelas
51 Unidades de Ensino, a aplicação dos recursos orçamentários e de convênios, dentre outros
52 documentos. Encerrada a apresentação, o Secretário dos Conselhos informa que o referido



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI), OCORRIDA EM 28 DE MARÇO DE 2016.

53 relatório foi objeto de análise e apreciação pelo Conselho de Curadores – CURA/UFAL, que
54 emitiu Parecer Conclusivo favorável, aprovado por unanimidade, na reunião realizada no
55 dia 21/03/2016. Segue procedendo a leitura integral do referido parecer do CURA, no qual
56 foram destacadas as preocupações acerca da necessidade de um maior planejamento no
57 tocante à execução de obras de infraestrutura e posteriores correções, fiscalização e o
58 devido acompanhamento, a fim de se reduzir o montante da conta de RESTOS A PAGAR
59 do respectivo exercício, gerando assim dificuldades de gerenciamento para o presente e o
60 futuro. A Presidenta abre a discussão sobre o tema. O Conselheiro André Albuquerque
61 (Rep. DCE no CURA) solicita o registro em ata quanto à sua discordância dos itens
62 referentes à assistência estudantil, discordando dos valores apresentados. No item 4002
63 existe como meta prevista 10.000 (dez mil) benefícios a serem concedidos e conclui
64 afirmando que tal meta foi atingida. Já no quadro 2.29 são indicados valores relativos às
65 bolsas, auxílio moradia, permanência estudantil e RU equivalentes a apenas 7.694
66 beneficiários, não correspondendo assim com a informação anterior. Discorda de que as
67 justificativas de decréscimos dos indicadores tomassem por base o período da greve em
68 2015, foram os cortes orçamentários que revelaram isto, até porque a greve não ocorreu
69 no início do período letivo de 2015. Finaliza discordando das metas apresentadas pela
70 PROEX referente à renovação de 100% dos instrumentos da orquestra da UFAL. A
71 Professora Alexandra reafirma que os dados apresentados referem-se às informações
72 produzidas pela gestão anterior, daí estes teriam melhores condições de esclarecimentos.
73 O Conselheiro Anderson Dantas (FEAC) concorda com a análise da Professora Alexandra e
74 entende que a discussão trazida pelo conselheiro não é no sentido de haver mudanças no
75 relatório apresentando, mas apenas como destaque de discussão. Reconhece que o
76 relatório demonstra a real situação de não ter havido cotas orçamentárias suficientes para
77 o cumprimento integral do que foi orçado, gerando informações desencontradas quanto ao
78 fato de ter sido executado ou não o orçamento de 2015. Ficando agora evidente a
79 dificuldade dos repasses financeiros pelo Governo Federal. Após breve debate entre os
80 presentes, a Presidenta encaminha a votação da matéria. **DELIBERAÇÃO:** Aprovado o
81 Relatório de Gestão da UFAL referente ao exercício financeiro de 2015, com 26 (vinte e
82 seis) votos favoráveis e 15 (quinze) abstenções. **2) Análise, discussão e deliberação
83 de NOTA PÚBLICA acerca da atual conjuntura política nacional:** A Presidenta do
84 CONSUNI inicia a discussão da nota apresentada pela Gestão Superior da Universidade,
85 justificando que a mesma sistemática está sendo adotada em diversas Instituições
86 Federais de Ensino Superior, inclusive com a participação da ANDIFES (Associação
87 Nacional de Dirigentes das IFES), as quais têm promovido debates sobre este momento
88 político nacional. Sobre este mesmo assunto, a Gestão Superior reuniu-se previamente
89 com as entidades representativas da comunidade universitária (ADUFAL, SINTUFAL e
90 DCE/UFAL). O Secretário dos Conselhos procede a leitura deste documento, que tem a
91 seguinte redação: -----
92 -----

93 “-NOTA PÚBLICA-

94 *O Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas (CONSUNI-UFAL), reunido no dia 28 de*
95 *março de 2016, manifesta o seu posicionamento acerca da conjuntura política e econômica que toma o Brasil e*
96 *coloca em risco os direitos civis, políticos e sociais conquistados arduamente pela população brasileira.*

97 *A Universidade Federal de Alagoas, instituição plural, democrática, autônoma que tem compromisso com*
98 *a formação e a produção do conhecimento, posiciona-se em defesa do Estado Democrático de Direito e das*
99 *instituições republicanas.*



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI), OCORRIDA EM 28 DE MARÇO DE 2016.

100 O CONSUNI repudia, veementemente, a seletividade e a parcialidade com a qual operadores da justiça
101 brasileira têm conduzido os procedimentos acusatórios, sem a garantia da isonomia enquanto princípio
102 constitucional. A divulgação seletiva de informações a respeito de processos ainda em curso é uma ferramenta
103 política que antecipa o veredito, atribuindo culpa e dolo sem o devido processo legal, ignorando o princípio da
104 presunção de inocência. Tal conduta subtrai o direito ao contraditório que todo acusado possui. A utilização de
105 argumentos jurídicos como subterfúgios para interesses político-partidários destitui a justiça da imparcialidade
106 mínima necessária para julgar com isenção.

107 Este conselho reprova os setores da mídia que têm atuado de forma parcial levando à agudização dos
108 tensionamentos políticos que nos remetem aos tempos sombrios do autoritarismo. Os desdobramentos dessa
109 conjuntura têm contribuído para o acirramento, inclusive nas ruas, da intolerância de classe, ideológica,
110 religiosa, étnico-racial, de gênero e regional. Isto é repulsivo face aos avanços democráticos dos últimos trinta
111 anos.

112 A ameaça aos preceitos constitucionais e aos direitos civis e sociais, se expressa, também, na destinação
113 dos vultosos recursos públicos para pagamentos de juros da dívida, na recusa da sua auditoria como determina a
114 Constituição Federal (Art. 26, ADCT, CF), na desregulamentação dos setores públicos e na sua progressiva
115 privatização, na suspensão de concursos públicos, na flexibilização de direitos trabalhistas historicamente
116 conquistados. A Universidade Brasileira se vê ameaçada pelos cortes orçamentários que atingem diretamente a
117 qualidade das Instituições Federais de Ensino (IFE's), em áreas fundamentais para o crescimento do país, como
118 a ciência, a tecnologia e a cultura, colocando em risco a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, a
119 assistência estudantil e os compromissos contratuais, agudizando as dívidas internas, comprometendo os recursos
120 de capital e custeio, portanto, o seu funcionamento.

121 O Conselho Universitário da UFAL defende a apuração rigorosa de todas as denúncias de corrupção com
122 a punição de culpados, pautada nos preceitos constitucionais legais vigentes, isenta de discriminação e
123 parcialidade. Declara a disposição da Universidade em lutar pela garantia, intransigente, dos princípios
124 republicanos presentes na Constituição Federal de 1988 e na manutenção do Estado de Direito. Maceió-AL, em
125 28 de março de 2016."

126 Dando prosseguimento a Presidenta abre a discussão concedendo a palavra aos
127 presentes. O Conselheiro André Praxedes (DCE/UFAL) procede a leitura de uma Nota
128 alternativa à que foi trazida para a discussão. O Conselheiro Tiago Cruz (Rep. Docente)
129 pede esclarecimento se a nota do DCE é um substitutivo à nota apresentada ou é para ser
130 agregado à ela. O Conselheiro Heitor Soares (IC) informa que o seu voto nesta sessão irá
131 corresponder à ampla discussão ocorrida sobre a Nota em sua Unidade Acadêmica. O
132 representante do DCE, André Albuquerque, esclarece que alguns elementos fundamentais
133 estão presentes na nota, resta saber se a Reitoria aceita ou não o novo texto, pois ele
134 deve expressar que não existe atualmente a tal plenitude democrática e outras variáveis
135 que conceituam os atuais ataques aos movimentos sociais. A Presidenta argumenta que
136 todos os conselheiros e direções das Unidades Acadêmicas receberam, com a devida
137 antecedência, apenas a nota produzida pela Administração Superior, inclusive para que
138 fosse possibilitada a discussão prévia do documento nas suas bases e que não tiveram
139 acesso ao que está sendo apresentado neste momento. Sugere a possibilidade de se
140 agregar complementos da nota trazida pelos estudantes para se incorporar à nota
141 elaborada pela Gestão da Universidade, sem necessariamente a substituição de uma nota
142 pela outra. O Conselheiro Davi Fonseca (Rep. Téc.-Adm.) entende que a nota do DCE está
143 mais completa e tem maiores elementos de realidade da atual conjuntura, inclusive com
144 as iniciativas de ameaças e ataques aos trabalhadores impostas pelo atual governo.
145 Embora reconheça de que a nota proposta pela Reitoria atual dá um passo à frente do
146 posicionamento da ANDIFES. O Conselheiro Jeamerson Santos (SINTUFAL) ressalta a
147 iniciativa da Reitoria em construir a nota. Esclarece que, em virtude do processo eleitoral



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI), OCORRIDA EM 28 DE MARÇO DE 2016.

148 da sua direção, o SINTUFAL ainda não teve condições de realizar assembleia para a
149 discussão deste tema. Entende que a atual situação política é de ameaça à democracia,
150 defendendo assim a manutenção do texto original. O Conselheiro Tiago Cruz (Rep.
151 Docente) é favorável à nota, pois em linhas gerais ela reúne a ampla defesa do Estado
152 Democrático de Direito, dentro da ordem constitucional. A Conselheira Rosa Predes
153 (FSSO) se sente contemplada com a abertura do presente debate e afirma que a nota é
154 um posicionamento puramente institucional, frente a conjuntura de ameaça à democracia
155 conquistada por todos. A seu ver as denúncias de violações de direitos apontados na nota
156 do DCE extrapolam o sentido institucional da Universidade, embora sejam legítimas. O
157 Conselheiro Anderson Dantas (FEAC) afirma que não houve oportunidade de se discutir
158 este tema com mais amplitude na sua Unidade Acadêmica. Concorde com a Professora
159 Rosa e que o texto aprovado seja o deste fórum, que necessariamente não é o mesmo
160 fórum dos estudantes, assim como os Técnicos-Administrativos ainda discutirão o assunto
161 no seu respectivo fórum. Segue lendo a nota da ADUFAL sobre o assunto, pois entende
162 ser a mais conciliadora para aprovação. Defende que os três documentos retornem às
163 Unidades Acadêmicas para serem discutidos com a realização de uma próxima reunião
164 do CONSUNI para a votação da matéria. O Conselheiro Augusto Aragão (FAU) concorda
165 com o Prof. Anderson no sentido de que não houve tempo suficiente para a devida
166 discussão nas Unidades Acadêmicas. A Conselheira Sandra Regina (PROGRAD) ressalta em
167 sua fala a riqueza do debate que está ocorrendo neste momento. O Conselheiro Luciano
168 Barbosa (CTEC) não se sente à vontade para decidir sem a devida consulta à sua Unidade
169 Acadêmica, posicionando-se pela abstenção nesta matéria. O Conselheiro Alberto Flores
170 (ICHCA) faz a leitura de manifesto da sua Unidade Acadêmica defendendo a manutenção
171 da ordem democrática e da legalidade. O Conselheiro José Vieira (Vice-Reitor) observa a
172 grande movimentação nas redes sociais sobre esta temática e destaca que além das notas
173 lidas e apresentadas, os Núcleos de Pesquisa do *Campus* do Sertão também tem se
174 posicionado a respeito. O que nos une neste momento é a defesa do Estado Democrático
175 de Direito. A nota deve revelar uma prudência necessária e possível sem desabonar os
176 posicionamentos de outros segmentos. Nossa sociedade ainda está acordando para a
177 gravidade do momento. A Conselheira Joelma Albuquerque (PROEX) reforça o
178 entendimento de que a nota seja aprovada no dia de hoje destacando o posicionamento
179 formal e referencial da Universidade em busca de saídas para a crise. A Conselheira Ana
180 Vergne (ADUFAL) informa que não houve um número significativo de docentes para haver
181 uma assembleia da ADUFAL, mas considera que a Diretoria fez a sua parte. Preocupa-se
182 com a real representatividade da nota a ser aprovada sem o aval da maioria das Unidades
183 Acadêmicas, vendo como ideal remeter a questão para outros fóruns além do CONSUNI
184 para se conseguir mais apoios e aprovar o texto em outro momento. A Presidenta entende
185 que o ideal seria a discussão prévia das Unidades Acadêmicas em torno do tema,
186 entretanto a necessidade urge uma posição concreta deste colegiado. Após breve debate
187 quanto à forma de aprovação, segue encaminhando a votação da nota apresentada.
188 **DELIBERAÇÃO:** Nota pública aprovada com 12 (doze) votos favoráveis, 07 (sete)
189 contrários e 09 (nove) abstenções. E nada mais havendo a tratar, a Presidenta encerra a
190 presente sessão e, para constar em registro, eu, Rômulo Rogério Moreira Santos,
191 Secretário dos Conselhos Superiores da UFAL, lavrei a presente Ata, a qual após lida,
192 discutida e aprovada, segue assinada pela Magnífica Reitora Maria Valéria Costa Correia,
193 por mim e pelos Conselheiros presentes à sessão de aprovação. **ATA APROVADA NA**
194 **SESSÃO ORDINÁRIA MENSAL DO DIA 02 DE MAIO DE 2016.**